

DAVID HARVEY

O NOVO IMPERIALISMO

Tradução
ADAIL SOBRAL
MARIA STELA GONÇALVES


Edições Loyola

Título original:

The New Imperialism

© David Harvey 2003

ISBN 0-19-926431-7

The New Imperialism was originally published in English in 2003. This translation is published by arrangement with Oxford University Press.

O novo imperialismo foi originalmente publicado em inglês em 2003. Esta tradução é publicada em acordo com a Oxford University Press.

PREPARAÇÃO: Maurício Balthazar Leal

DIAGRAMAÇÃO: Miriam de Melo Francisco

REVISÃO: Sandra Garcia Custódio

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP

☎ (11) 6914-1922

☎ (11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-02971-5

2ª edição: outubro de 2005

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2004

Sumário

Prefácio	7
Prefácio do autor para a tradução brasileira	9
1. Tudo por causa do petróleo	11
2. Como o poder norte-americano se expandiu	31
3. A opressão via capital	77
4. A acumulação via espoliação	115
5. A coerção consentida	149
Posfácio	171
Sugestões de leitura	189
Bibliografia	191
Índice de nomes	197

do Estado equivale com freqüência à acumulação por outros meios. Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um “capitalismo de rapina” que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso. Como porém devemos interpretar esses “outros meios” de acumulação?

4

A acumulação via espoliação

Rosa Luxemburgo alega que a acumulação do capital apresenta um duplo aspecto:

Um deles concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia — a fábrica, a mina, a propriedade agrícola. Vista desta ótica, a acumulação é um processo econômico puro, tendo como fase mais importante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado... Aqui, ao menos formalmente, a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem, e foi necessária a aguda dialética da análise científica para revelar que o direito de propriedade se transforma, no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser regime de classe. O outro aspecto da acumulação do capital se refere às relações entre o capitalismo e modos de produção não-capitalistas, que começam a surgir no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a política colonial, um sistema internacional de empréstimos — uma política de esferas de interesse — e a guerra. Exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las, e é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico¹.

1. R. LUXEMBURG, *The Accumulation of Capital*, trad. A. Schwarzschild, New York, Monthly Review Press, ed. de 1968.

Esses dois aspectos da acumulação, alega Luxemburgo, estão “organicamente vinculados” e “a carreira histórica do capitalismo só pode ser avaliada mediante sua consideração conjunta”.

Subconsumo ou sobreacumulação?

Rosa Luxemburgo sustenta sua análise numa compreensão particular das tendências de crise do capitalismo. O problema, alega ela, é o subconsumo, uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz. Essa dificuldade advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir. Tendo considerado devidamente as várias maneiras pelas quais se poderia transpor o suposto hiato entre oferta e demanda efetiva, ela conclui que o comércio com formações sociais não-capitalistas proporciona a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Se essas formações sociais ou territórios relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo pela força das armas (como ocorreu no caso das guerras do ópio na China). Esse é para ela o próprio cerne do imperialismo. Um possível corolário desse argumento (embora Luxemburgo não o extraia diretamente) é que, para o sistema durar qualquer intervalo de tempo, tem-se de manter os territórios não-capitalistas (à força se necessário) em condição não-capitalista. Isso poderia explicar as qualidades implacavelmente repressivas que muitos dos regimes coloniais desenvolveram na segunda metade do século XIX.

Poucos aceitariam hoje a teoria do subconsumo de Luxemburgo como explicação das crises². Em contrapartida, a teoria da sobreacumulação identifica a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como o problema fundamental. De quando em vez, a falta de suficiente demanda efetiva da parte do consumidor pode ser parte do problema — de que decorre o amplo recurso em nossos dias a algo chamado “confiança do consumidor” (também conhecido como a incapacidade dos consumidores compulsivos de manter seus cartões de crédito na carteira) como indicador da força e da estabilidade da economia. O hiato que Luxemburgo julgava ver pode ser facilmente transposto pelo reinvestimento, que gera

2. Ver, por exemplo, M. BLEANEY, *Underconsumption Theories*, London, Methuen, 1976; A. BREWER, *Marxist Theories of Imperialism*, London, Routledge & Kegan Paul, 1980.

sua própria demanda de bens de capital e outros insumos. E, como vimos no caso das ordenações espaço-temporais, a expansão geográfica do capitalismo que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures. Podem com efeito surgir desequilíbrios entre setores e regiões, bem como ser produzidos ciclos de negócios e recessões localizadas. Mas também é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. Dessa perspectiva, as repressões coloniais do tipo que sem dúvida ocorreu no final do século XIX têm de ser interpretadas como um tiro no próprio pé, um caso em que a lógica territorial inibe a lógica capitalista. O medo da emulação levou a Inglaterra, por exemplo, a evitar que a Índia desenvolvesse uma dinâmica capitalista vigorosa, frustrando assim as possibilidades de ordenações espaço-temporais na região. A dinâmica aberta da economia atlântica favoreceu muito mais a Inglaterra do que o império colonial reprimido na Índia, de que o país por certo conseguiu extrair excedentes, mas que nunca funcionou como campo importante para semear o capital excedente britânico. Da mesma maneira, porém, foi a dinâmica aberta do comércio atlântico que abriu a possibilidade da substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como a potência hegemônica global. Se Arendt estiver certa — a acumulação interminável do capital requer a acumulação interminável de poder político —, não só é impossível evitar essas mudanças como tentar fazê-lo produz o desastre. A formação de impérios fechados depois da Primeira Guerra Mundial quase com certeza foi um fator de causação da incapacidade de resolver o problema da sobreacumulação nos anos 1930, tendo preparado o terreno econômico para os conflitos territoriais da Segunda Guerra Mundial. A lógica territorial dominou e frustrou a lógica capitalista, lançando assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial.

O peso dos dados histórico-geográficos do século XX adapta-se amplamente ao argumento da sobreacumulação. Todavia, há muita coisa interessante no argumento de Luxemburgo. Em primeiro lugar, a idéia de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se merece exame, em particular por fazer eco à concepção de Hegel, que vimos no capítulo 3, de uma dialética interna do capitalismo forçando-o a buscar soluções externas a si. Considere-se, por exemplo, o argumento de Marx quanto à criação de um exército industrial de reserva³. A acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras. O aumento da população é importante (e a maioria dos analistas esquece convenientemente os cuidados que o próprio Marx tomou quanto a isso). O capital também pode se apropriar de “reservas latentes” de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. Se isso não der certo, o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. Esse desemprego tende a exercer uma pressão de baixa sobre as taxas de salário e abrir assim novas oportunidades de emprego lucrativo do capital. Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo” para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo. Na linguagem da teoria política pós-moderna contemporânea, poderíamos dizer que o capitalismo cria, necessariamente e sempre, seu próprio “outro”. A idéia de que algum tipo de “exterior” é necessário à estabilização do capitalismo tem por conseguinte relevância. Mas o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente (formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo — como a educação — que ainda não tenha sido proletarizado) como produzi-lo ativamente. Proponho-me a levar a sério, no que segue, essa dialética “interior-exterior”. Vou examinar de que maneira a “relação orgânica” entre reprodução expandida, de um lado, e os processos muitas vezes violentos de espoliação, do outro, tem moldado a geografia histórica do capitalismo. Isso nos ajuda a melhor entender o que é a forma capitalista de imperialismo.

3. K. MARX, *Capital*, trad. B. Fowkes, New York, Viking, 1976, v. I, cap. 25.

Arendt, o que é interessante, apresenta um argumento que segue linhas semelhantes. As depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra, alega ela, foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo:

A expansão imperialista viu-se afetada por um curioso tipo de crise econômica, a sobreacumulação do capital e o surgimento de dinheiro “supérfluo”, resultado do excesso de entesouramento, que já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez na história, o investimento de poder não abria caminho ao investimento de dinheiro, mas a exportação de poder seguia humildemente a locomotiva do dinheiro exportado, dado que investimentos não-controlados em países distantes ameaçavam transformar amplos segmentos da sociedade em jogadores, transformar toda a economia capitalista de um sistema de produção num sistema de especulação financeira e substituir os lucros da produção pelos lucros das comissões. A década imediatamente anterior à era imperialista, os anos 70 do século passado [século XIX], testemunhou um aumento sem paralelo de fraudes, escândalos financeiros e especulação fraudulenta no mercado de ações.

Esse cenário nos parece demasiado familiar, dada a experiência dos anos 1980 e 1990. Mas a descrição arendtiana da reação burguesa é ainda mais impressionante. Os burgueses perceberam, alega ela, “pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível ‘a acumulação do capital’ (Marx) e dera início a toda a acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”⁴.

Os processos que Marx, seguindo Adam Smith, chamou de acumulação “primitiva” ou “original” constituem, ao ver de Arendt, uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo. Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. Marx, no entanto, não considera essa possibilidade exceto no caso da criação de um exército industrial de reserva mediante o desemprego induzido pela tecnologia. É interessante examinar por quê.

4. ARENDT, *Imperialism*, 15, 28.

A reticência de Marx

A teoria geral da acumulação do capital de Marx é construída com base em certos pressupostos iniciais cruciais correspondentes em termos amplos aos da economia política clássica. São eles: mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação. O papel do capitalista como produtor e comerciante de mercadorias já está bem estabelecido, e a força de trabalho tornou-se uma mercadoria em geral trocada por seu valor apropriado. A acumulação “primitiva” ou “original” já ocorreu, e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida (embora mediante a exploração do trabalho vivo na produção) em condições de “paz, propriedade e igualdade”. Esses pressupostos nos permitem ver o que sucede se o projeto liberal dos economistas políticos clássicos ou, em nossa época, o projeto neoliberal dos economistas se realiza. O brilho do método dialético de Marx, reconhecido por exemplo por Arendt, consiste em mostrar que a liberalização do mercado — o credo dos liberais e neoliberais — não produz uma situação harmoniosa em que a condição de todos é melhor. Produz em vez disso níveis ainda mais elevados de desigualdade social (como de fato tem sido a tendência nos últimos trinta anos de liberalismo, particularmente em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, que seguiram mais estritamente essa linha política). E também produz, como Marx prevê, sérias e crescentes instabilidades que culminam em crises crônicas de sobreacumulação (do tipo que ora testemunhamos).

A desvantagem desses pressupostos é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentaristas⁵. Como

5. M. PERELMAN, *The Invention of Capitalism: Classical Political Economy and the Secret History of Primitive Accumulation*, Durham, NC, Duke University Press, 2000. Há ainda um amplo debate em *The Commoner* (<www.thecommoner.org>) sobre os cercamentos [expropriação de terras dos camponeses] e sobre se a acumulação primitiva deve ser entendida como processo puramente histórico [de um dado período da história] ou contínuo. DeANGELIS (<<http://homepages.uel.ac.uk/~M.DeAngelis>>) apresenta um bom resumo.

parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

Acumulação por espoliação - TODA SEÇÃO

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos⁶. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, como afirmei no capítulo 3, consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual).

6. MARX, *Capital*, v. I, parte 8.

A aceitação crítica, ao longo dos anos, do relato que faz Marx da acumulação primitiva — que de qualquer maneira foi antes um esboço que uma exploração sistemática — sugere ser preciso preencher algumas lacunas. O processo de proletarização, por exemplo, envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados. Estruturas de parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade (incluindo as exercidas por meio da religião e de suas instituições) — tudo isso tem seu papel a desempenhar. Em alguns casos, as estruturas preexistentes têm de ser violentamente reprimidas como incompatíveis com o trabalho sob o capitalismo, porém múltiplos relatos sugerem hoje que há a mesma probabilidade de serem cooptadas, numa tentativa de forjar alguma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora. Em suma, a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora “se faz a si mesma”, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha⁷. O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora. Por mais universal que seja o processo de proletarização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo⁸.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório.

7. E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Penguin, 1968.

8. Etnografias contemporâneas da proletarização, muitas das quais acentuam a importância de questões de gênero, ilustram muito bem parte da diversidade. Ver, por exemplo, A. ONG, *Spirits of Resistance and Capitalist Discipline: Factory Women in Malaysia*, Albany, State University of New York Press, 1987; C. FREEMAN, *High Tech and High Heels in the Global Economy*, Durham, NC, Duke University Press, 2000; C. K. LEE, *Gender and the South China Miracle: Two Worlds of Factory Women*, Berkeley, University of California Press, 1998.

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisoneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. O colapso da Enron privou muitos de seus meios de vida e de seus direitos de pensão. Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes.

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns”. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal.

O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas. Mas, como observa certamente Luxemburgo, “é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais.

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação? Dito de outro modo, se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema. Outro modo seria injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema. Os custos de insumos seriam reduzidos e os lucros, por esse meio, aumentados. Como observou o magnata dos jornais Rupert Murdoch, a solução de nossas atuais aflições econômicas é o petróleo a 20 dólares, e não a 30, o barril. Não admira que os jornais de Murdoch tenham dado tão ávido apoio à guerra contra o Iraque⁹.

O mesmo objetivo pode no entanto ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado.

9. D. KIRKPATRICK, “Mr Murdoch’s War”, *New York Times*, 7 de abril de 2003, C1.

Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob a liderança do FMI), com o apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos). O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. Wade e Verenosso capturam a essência disso quando escrevem, falando da crise asiática de 1997-1998:

As crises financeiras sempre causaram transferências de propriedade e de poder a quem mantém intactos seus ativos e tem condições de criar crédito, e a crise asiática não é exceção a isso... não há dúvida de que corporações ocidentais e japonesas são os grandes beneficiados... A combinação de desvalorizações profundas, liberalizações financeiras impostas pelo FMI e recuperações facilitadas por este último pode até precipitar a maior transferência em tempo de paz de proprietários domésticos para proprietários estrangeiros nos últimos 50 anos em todas as partes do mundo, superando em muito as transferências de proprietários domésticos para proprietários norte-americanos na América Latina nos anos 1980 ou no México a partir de 1994. Isso lembra a afirmação atribuída a Andrew Mellon¹⁰: “Numa depressão, os ativos retornam a seus legítimos proprietários”¹¹.

Surgem crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar altamente localizadas como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio “outro” a partir do qual se alimentar. As crises financeiras do Leste e do Sudeste da Ásia em 1997-1998 foram um caso clássico disso¹². A analogia com a criação de um exército industrial de reserva

10. Banqueiro norte-americano, republicano, que ocupou o cargo de secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre 1921 e 1932. (N.T.)

11. R. Wade e F. Verenosso, “The Asian Crisis: The High Debt Model versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex”, *New Left Review*, 228, 1998, 3-23.

12. Ibid. Outros relatos dessa crise são apresentados em HENDERSON, “Uneven Crises”; JOHNSON, *Blowback*, cap. 9; e a edição especial de *Historical Materialism*, 8, 2001, “Focus on East Asia after the Crisis”, particularmente P. BURKETT e M. HART-LANDSBERG, “Crisis and Recovery in East Asia: The Limits of Capitalist Development”, 3-48.

mediante a expulsão das pessoas de seu emprego é perfeita. Valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital. O perigo reside no entanto no fato de essas crises poderem sair do controle e se generalizar, ou então que essa “criação do outro” [othering] provoque uma revolta contra o sistema que criou esse “outro”. Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrado pelo FMI. Para as principais potências capitalistas, como os Estados Unidos, isso significa orquestrar esses processos em seu benefício específico, ao tempo em que proclamam seu papel como o de um líder nobre que organiza “resgastes” (como no México em 1994) a fim de manter a acumulação do capital global nos trilhos. Como ocorre com toda manobra especulativa, há contudo risco de perdas: o súbito pânico evidente do Tesouro dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional em dezembro de 1998 depois de a Rússia, que nada mais tinha a perder, ter simplesmente declarado falência e quando parecia que a economia sul-coreana (passados vários meses de duras barganhas) estava para quebrar e possivelmente desencadear uma reação em cadeia global, ilustra quão próximas da beira do abismo essas fórmulas de cálculo podem chegar¹³.

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar o *hegemon* e ao mesmo tempo deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado.

A contingência de tudo isso

Como, então, desvelar as férreas leis no âmbito das contingências da acumulação por espoliação? Sabemos, é claro, que certo grau disso ocorre o tempo inteiro e pode assumir muitas formas, tanto legais como ilegais. Pensemos, por exemplo, num processo dos mercados de habitação norte-

americanos conhecido como “venda predatória” [flipping]. Uma residência em péssima condição é comprada por quase nada, recebe algumas melhorias cosméticas e é vendida a um preço exorbitante, com a ajuda de um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, a uma família de baixa renda que pretender realizar o sonho da casa própria. Caso essa família tenha problemas para pagar as parcelas ou resolver os graves problemas de manutenção que quase certamente surgem, a casa é retomada pelo vendedor. Não se trata de algo propriamente ilegal (senhores compradores: cuidado!), mas o efeito é cair como ave de rapina sobre famílias de baixa renda e privá-las da pouca poupança que têm. Isso é acumulação por espoliação! Há inúmeras atividades (legais ou ilegais) desse tipo que afetam o controle de ativos por uma classe em vez de por outra.

Mas como, quando e por que a acumulação por espoliação sai dessa condição clandestina e se torna a forma dominante de acumulação com respeito à reprodução expandida? Em parte, isso se relaciona com como e quando se formam crises na reprodução expandida. Mas pode também refletir tentativas de empreendedores determinados e Estados desenvolvimentistas no sentido de “integrar-se ao sistema” e buscar diretamente os benefícios da acumulação do capital.

Toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica da acumulação primitiva. O colapso da União Soviética destacou exatamente esse problema. O resultado foi um violento episódio de acumulação primitiva a título da “terapia de choque” aconselhada pelas potências capitalistas e pelas instituições internacionais. O sofrimento social foi imenso, mas a distribuição de ativos gerada pela privatização e pelas reformas de mercado não só foi bastante desequilibrada como não propiciou muito o tipo de atividade de investimentos que costuma surgir com a reprodução expandida. Bem mais recentemente, a virada para o capitalismo orquestrada pelo Estado na China envolveu sucessivas ondas de acumulação primitiva. Empresas estaduais e “municipais” até então bem-sucedidas nas cercanias de Xangai (que fornecia peças e componentes para grandes indústrias da área metropolitana) ultimamente foram forçadas a fechar ou a ser privatizadas, acabando com obrigações de bem-estar social e de pagamento de aposentadorias e criando um grande reservatório de trabalhadores desempregados ou de situação econômica ruim. O efeito tem sido tornar as empresas chinesas remanescentes bem mais ferozmente competitivas nos mercados mundiais, mas isso custou a desvalorização e a destruição de meios de vida anteriormente viáveis. Embora

13. GOWAN (*The Global Gamble*) oferece um convincente relato.

os relatos permaneçam esquemáticos, o resultado parece ter sido muito sofrimento social localizado e episódios de luta de classes acirrada, e às vezes violenta, em áreas assoladas por esse processo¹⁴.

A acumulação por espoliação pode ser aqui interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado. As motivações podem ser internas (como no caso da China) ou impostas a partir de fora (como no caso do desenvolvimento neocolonial em zonas de processamento de exportações no Sudeste asiático ou da abordagem de reformas estruturais que o governo Bush hoje propõe como cláusula das concessões de ajuda externa a nações pobres). Na maioria dos casos, está na base dessas transformações alguma combinação de motivação interna e pressão externa. O México, por exemplo, abandonou suas proteções já em enfraquecimento das populações camponesas e indígenas nos anos 1980, em parte sob a pressão que fez seu vizinho do Norte para que adotasse a privatização e práticas neoliberais em troca de assistência financeira e da abertura do mercado norte-americano ao comércio por meio do acordo NAFTA. E, mesmo quando a motivação se afigura predominantemente interna, as condições externas são importantes. A instalação da OMC torna hoje para a China uma entrada no sistema capitalista global mais fácil do que o seria nos idos de 1930, quando prevalecia a autarquia dentro de impérios fechados, ou mesmo nos anos 1960, quando o sistema de Bretton Woods mantinha os fluxos de capital sob um controle mais estrito. As condições pós-1973 — e essa foi a parcela mais saliente daquilo que se esperava conseguir com as pressões norte-americanas de abertura dos mercados — têm sido bem mais favoráveis a todo e qualquer país ou complexo regional que deseje inserir-se no sistema capitalista global — o que explica o rápido crescimento de territórios como Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul, bem como de vários outros países e regiões recém-industrializados. Essa abertura de oportunidades trouxe ondas de desindustrialização a boa parte do mundo capitalista avançado (e mesmo para além dele, como vimos no capítulo 3), ao mesmo tempo em que tornou os países recém-industrializados, tal como o fez a crise de 1997-1998, mais vulneráveis às manobras do capital especulativo, da competição espaço-temporal e de ondas adicionais de acumulação por espoliação. Eis como é construída e se exprime a volatilidade do capitalismo internacional.

14. E. ECKHOLM, "Where Workers, Too, Rust, Bitterness Boils Over", *New York Times*, 20 de março de 2002, A4; E. ROSENTHAL, "Workers' Plight Brings New Militancy to China", *New York Times*, 10 de março de 2003, A8.

As desvalorizações infligidas no curso de crises costumam destruir de modo mais geral o bem-estar social e as instituições sociais. Isso acontece tipicamente quando o sistema de crédito é submetido a apertos, quando a liquidez se acaba e as empresas são levadas à falência. Os proprietários ficam sem condições de manter seus ativos e têm de transferi-los a preços bem baixos a capitalistas que dispõem da liquidez para assumi-los. Mas as circunstâncias variam muito. A expulsão de populações rurais ocorrida durante a Dust Bowl [corrida da poeira] dos anos 1930 e a migração em massa dos "okies"¹⁵ para a Califórnia (eventos descritos tão dramaticamente em *As vinhas da ira*, de John Steinbeck) foram um violento precursor do longo processo de substituição nos Estados Unidos da agropecuária familiar pelo agronegócio. A principal força motriz dessa transição sempre foi o sistema de crédito, porém talvez o aspecto mais relevante disso seja o fato de uma variedade de instituições do Estado, ostensivamente destinadas a proteger a agropecuária familiar, terem desempenhado um papel subversivo ao facilitar a transição que deveriam conter.

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de comportamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coréia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financialização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição.

15. *Dust Bowl* designa a migração em massa de indivíduos da zona da seca e da poeira nos Estados Unidos (o centro sul do país). "Okies" foi a designação dada aos migrantes porque o estado norte-americano de Oklahoma foi o mais atingido pelo problema das migrações. (N.T.)

Privatização: o “braço armado” da acumulação por espoliação

O neoliberalismo como doutrina político-econômica remonta ao final dos anos 1930. Radicalmente oposta ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade dos empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman e, ao menos por algum tempo, Karl Popper. Seria necessária, como previu prescientemente von Kayek, ao menos uma geração para que as concepções neoliberais passassem a ser a corrente principal de pensamento. Reunindo recursos oferecidos por corporações que lhe eram simpáticas e fundando grupos exclusivos de pensadores, o movimento produziu um fluxo constante mas em permanente expansão de análises, textos, polêmicas e declarações de posição política nos anos 1960 e 1970. Mas ainda era considerado amplamente irrelevante e mesmo desdenhado pela corrente principal de pensamento político-econômico. Só depois de a crise geral de sobreacumulação ter-se tornado aguda veio o movimento a ser levado a sério como alternativa ao arcabouço keynesiano e a outras estruturas mais centradas no Estado de formulação de políticas. E foi Margaret Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações depois de eleita em 1979¹⁶. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou apoiar ativamente as condições “do lado da oferta” da acumulação do capital. O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse inves-

16. D. YERGIN, J. STANISLAW, D. TERGIN, *The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World*, New York, Simon and Schuster, 1999.

tir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudessem executar privatizações.

No caso de Thatcher, o grande estoque de habitações sociais foi um dos primeiros ativos a ser privatizados. À primeira vista, isso pareceu uma dádiva para as classes inferiores, que poderiam agora passar de locatárias a proprietárias a um custo relativamente baixo, obtendo o controle de um valioso ativo e aumentando suas posses. Mas, tão logo essa mudança de condição ocorreu, teve início a especulação imobiliária, particularmente nos locais centrais mais valorizados, à qual se seguiram o tráfico de influência, a enganação pura e simples ou a expulsão de populações de baixa renda para as periferias de cidades como Londres, transformando antigos conjuntos habitacionais destinados à classe trabalhadora em centros de intensa ocupação de imóveis pelas classes médias [*gentrification*]. A perda de habitações a preços acessíveis levou ao surgimento de cidadãos sem-teto e da anomia social em muitos ambientes urbanos. Na Inglaterra, a subsequente privatização dos serviços (água, telecomunicações, eletricidade, energia, transporte), a liquidação de empresas públicas e a moldagem de muitas outras instituições públicas (como as universidades) de acordo com uma lógica comercial levaram à radical transformação do padrão dominante de relações sociais e a uma redistribuição de ativos que favoreceu cada vez mais antes as classes altas do que as baixas.

O mesmo padrão de redistribuição de ativos pode ser identificado em toda parte onde houve privatizações. O Banco Mundial tratou a África do Sul pós-*apartheid* como amostra da maior eficiência que se pode alcançar com a privatização e a liberalização dos mercados. Promoveu, por exemplo, quer a privatização da água, quer a aplicação da “total recuperação de custos” a recursos de propriedade das municipalidades. Em vez de receber água de graça, os consumidores pagavam pelo fornecimento. Com maiores receitas, esses recursos, segundo a teoria, gerariam lucros e financiaram sua própria ampliação. Contudo, não podendo pagar as tarifas, muitas pessoas acabaram ficando sem esses serviços e, com receitas menores, as empresas aumentaram as tarifas e tornaram a água ainda menos acessível às populações de baixa renda. Um dos resultados disso, visto que as pessoas tiveram de recorrer a outras fontes de água, foi uma epidemia de cólera que matou grande número de pessoas. O objetivo declarado (administrar o uso da água para fornecê-la a todos) não pôde

ser realizado devido aos métodos nos quais se insistiu. Amplas pesquisas feitas na África do Sul por McDonald e outros mostram assim que “a recuperação de custos de serviços municipais impõe um enorme ônus a famílias de baixa renda, contribui para haver um imenso número de cortes de fornecimento e banimentos de famílias do serviço e prejudica o potencial de milhões de famílias de baixa renda quanto a ter uma vida saudável e produtiva”¹⁷.

Essa mesma lógica levou a Argentina a passar por uma ampla onda de privatizações (água, energia, telecomunicações, transportes) que resultou num imenso influxo de capital sobreacumulado e numa substancial valorização de ativos, aos quais se seguiu um surto de empobrecimento de grandes massas da população (tendo hoje alcançado a metade dos habitantes) quando o capital foi levado para outros lugares. Outro exemplo a considerar é o caso dos direitos fundiários no México. A Constituição de 1917, promulgada pela revolução mexicana, protegia os direitos legais dos povos indígenas, tendo consagrado esses direitos no sistema *ejido* [comunidades auto-suficientes], que permitia a posse e o uso coletivo da terra. Em 1991, o governo Salinas promulgou uma lei de reforma que tanto permitia como estimulava a privatização das terras do *ejido*. Como este proporcionava a base da segurança coletiva entre grupos indígenas, o governo na verdade estava se eximindo de suas responsabilidades pela manutenção dessa segurança. Além disso, essa medida era parte de um “pacote” de resoluções privatizantes propostas por Salinas, as quais desmantelavam a seguridade social em geral e tinham impactos previsíveis e dramáticos sobre a distribuição da renda e da riqueza¹⁸. Foi ampla a resistência à reforma do *ejido*, e o grupo camponês mais aguerrido acabou por apoiar a rebelião zapatista que eclodiu em Chiapas no mesmo dia de janeiro de 1994 em que se previa a entrada em vigor do acordo do NAFTA. A subsequente redução das barreiras à importação deu mais um golpe, pois produtos importados baratos do agronegócio norte-americano, altamente produtivo, mas fortemente subsidiado (cerca de 20 por cento do custo), derrubaram o preço do milho e de outros produtos a tal ponto que impediam os pequenos produtores rurais de competir. Como estavam prestes a morrer de fome, muitos desses produtores acabaram perdendo a terra e foram aumentar o número de desempregados de cidades já hiperpopulosas. Efeitos semelhantes se fizeram sentir sobre popu-

17. D. McDONALD, J. PAPE, *Cost Recovery and the Crisis of Service Delivery in South Africa*, London, Zed Books, 2002, 162.

18. J. NASH, *Mayan Visions: The Quest for Autonomy in an Age of Globalization*, New York, Routledge, 2001, 81-84.

lações rurais de todo o mundo. Importações baratas de legumes da Califórnia e de arroz da Louisiana, acertadas nos termos das regras da OMC, estão agora expulsando populações rurais no Japão e em Taiwan, por exemplo. A competição externa sob as regras da OMC estão devastando a vida rural indiana. De fato, relata Roy, “a economia rural da Índia, que sustenta 700 milhões de pessoas, está sendo sufocada. Produtores que produzem demais estão padecendo, produtores que produzem de menos estão padecendo, e trabalhadores agrícolas sem terra estão desempregados, pois as grandes propriedades e fazendas estão demitindo seus empregados. Grande número de membros de todos esses grupos está indo para as cidades em busca de colocação”¹⁹. Na China, estima-se ser necessário absorver ao menos meio bilhão de pessoas pela urbanização nos próximos dez anos para evitar o caos e a revolta rurais. Não está claro o que essas pessoas farão nas cidades, embora, como vimos, os vastos projetos de infra-estruturas públicas ora em execução venham a contribuir para reduzir o sofrimento social.

A privatização, conclui Roy, é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história”²⁰.

Era evidente que a rebelião zapatista de Chiapas, no México, tinha muito a ver com a proteção dos direitos indígenas. E também o era o fato de o catalisador desse movimento ter sido a conjugação das iniciativas de privatização das terras coletivas e de abertura do país ao livre comércio por meio do NAFTA. Isso levanta, contudo, a questão geral da resistência à acumulação por espoliação.

Combates relativos à acumulação por espoliação

A acumulação primitiva, tal como a descreve Marx, envolveu uma série de lutas episódicas e violentas. O nascimento do capital nada teve de tranqüilo. Foi inscrito na história do mundo, como disse Marx, “em letras de sangue e de fogo”. Christopher Hill, em *O mundo de ponta-cabeça*,

19. A. ROY, *Power Politics*, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001, 16.

20. *Ibid.*, 43.

oferece uma detalhada descrição de como essas lutas se desenrolaram na Inglaterra do século XVII, quando as forças do poder e da propriedade privada da terra entraram repetidas vezes em choque com múltiplos e diversos movimentos populares que se opunham ao capitalismo e à privatização e propunham formas radicalmente distintas de organização social e comunitária²¹. A acumulação por espoliação de nossa época também tem levado a batalhas políticas e sociais e a vastos golpes de resistência. Muitas dessas lutas formam hoje o núcleo de um movimento antiglobalização, ou de globalização alternativa, que, embora díspar e aparentemente em seus primórdios, é disseminado. O fermento de idéias alternativas no interior desses movimentos está à altura da fecundidade de idéias geradas em outros períodos históricos em que ocorreram disrupções paralelas de modos de vida e de relações sociais (ocorrem-me 1640-1680 na Inglaterra e 1830-1848 na França). A ênfase no âmbito desses movimentos no tema da “restituição dos bens comuns” indica contudo profundas continuidades com batalhas de muito tempo atrás.

Essas lutas impõem, não obstante, graves dificuldades de análise e interpretação. Não é possível fazer omeletes sem quebrar ovos, diz o velho ditado, e o nascimento do capitalismo implicou episódios ferozes, e com frequência violentos, de destruição criativa. Embora a violência de classe tenha sido tenebrosa, o lado positivo foi a abolição das relações feudais, a liberação de energias criadoras, a abertura da sociedade a fortes correntes de mudança tecnológica e organizacional e a superação de um mundo fundado na superstição e na ignorância, substituído por um mundo de ilustração científica potencialmente capaz de libertar as pessoas dos anseios e necessidades materiais. É possível afirmar, desse ponto de vista, que a acumulação primitiva foi uma etapa necessária, ainda que tenebrosa, pela qual teve de passar a ordem social para chegar a uma condição na qual se tornassem possíveis tanto o capitalismo como algum socialismo alternativo. Marx (em oposição a anarquistas como [o geógrafo francês] Elisée Reclus e [o filósofo russo] Piotr Kropotkin, bem como a adeptos da vertente socialista de William Morris) valorizou pouco, quando o fez, as formas sociais destruídas pela acumulação primitiva. De igual forma, não defendeu a perpetuação do *status quo* e sem dúvida não foi favorável a nenhuma reversão a relações sociais e formas de produção pré-capitalistas. Em sua opinião, havia algo de progressista no desenvolvimento capitalista, inclusive no caso do imperialismo britânico na Índia (posição que não angariou muito respeito no seio dos movimentos antiimperialistas

21. C. HILL, *The World Turned Upside Down*, Harmondsworth, Penguin, 1984.

do período pós-Segunda Guerra Mundial, como demonstrou a fria recepção recebida pela obra de Bill Warren sobre o imperialismo como o pioneiro do capitalismo)²².

Essa questão tem fundamental importância em toda análise política avaliativa das práticas imperialistas contemporâneas. Embora os níveis de exploração da força de trabalho em países em desenvolvimento sejam sem dúvida altos, podendo-se identificar abundantes casos de práticas abusivas, os relatos etnográficos das transformações sociais promovidas pelos investimentos externos diretos, pelo desenvolvimento industrial e pelos sistemas de produção “exportados” em muitas partes do mundo formam um enredo bem mais complexo. Em alguns casos, a posição das mulheres, que proporcionam a maior parcela de força de trabalho, tem tido ponderáveis modificações, ou mesmo tem sido aprimoradas. Diante da opção entre a mão-de-obra industrial e a volta ao empobrecimento rural, muitas pessoas no âmbito do novo proletariado parecem exprimir forte preferência por aquela. Noutros casos, obteve-se um poder de classe suficiente para obter ganhos reais em termos de padrões de vida e para alcançar um padrão de vida bem superior às circunstâncias degradadas de uma existência rural precedente. É portanto difícil dizer se o problema da Indonésia, por exemplo, foi o impacto da rápida industrialização capitalista sobre as oportunidades de vida durante as décadas de 1980 e 1990 ou a desvalorização e a desindustrialização provocadas pelas crises financeiras de 1997-1998, que fizeram ruir boa parte das realizações da industrialização. Qual foi, à luz disso, a maior dificuldade: a importação e a inserção da acumulação do capital por meio da reprodução expandida na economia indonésia ou a total demolição dessa atividade por meio da acumulação por espoliação? Embora seja óbvio que esta última foi um corolário lógico daquelas, e que a verdadeira tragédia se traduz em atrair com grande rapidez (por vezes à força) populações para o proletariado e logo depois as descartar como mão-de-obra redundante, julgo igualmente plausível que o segundo movimento prejudicou bem mais as esperanças, aspirações e possibilidades de longo prazo das massas empobrecidas do que o primeiro. A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto.

A admissão de que a acumulação primitiva pode ser um precursor necessário de mudanças mais positivas levanta toda a questão da política

22. Para escritos de Marx acerca da Índia, ver a coletânea K. MARX, F. ENGELS, *On Colonialism*, New York, International Publishers, 1972; B. WARREN, *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, London, Verso, 1981.

de expropriação sob o socialismo. Julgou-se com frequência necessário, na tradição revolucionária marxista/comunista, organizar o sucedâneo da acumulação primitiva a fim de implementar programas de modernização de países que não houvessem passado pela iniciação no desenvolvimento capitalista. Isso muitas vezes significou níveis de tenebrosa violência semelhantes aos da acumulação primitiva, como foi o caso da coletivização forçada da agricultura na União Soviética (a liquidação dos *kulaks* [médios agricultores]), bem como na China e em outras partes do Leste Europeu. Dificilmente se pode considerar essas políticas grandes histórias de sucesso, tendo elas desencadeado uma resistência política em alguns casos impiedosamente esmagada. Em todos os lugares em que foi implantada, essa abordagem criou seus problemas peculiares. As dificuldades dos sandinistas com os índios Mesquito na Costa Atlântica da Nicarágua, ao planejarem o desenvolvimento socialista na região, criou um Cavalo de Tróia por meio do qual a CIA pôde promover sua bem-sucedida ofensiva dos Contras [*sic*] em oposição à revolução.

Logo, enquanto os combates à acumulação primitiva pudessem proporcionar a fonte do descontentamento aos movimentos insurgentes, inclusive os do âmbito do campesinato, o fulcro da política socialista não era proteger a antiga ordem, mas atacar diretamente as relações de classe e as formas de poder do Estado que estavam tentando transformá-la, para chegar assim a uma configuração totalmente diferente das relações de classe e dos poderes do Estado. Essa idéia foi central para muitos dos movimentos revolucionários que varreram o mundo em desenvolvimento na esteira da Segunda Guerra Mundial. Eles combateram o imperialismo capitalista, mas o fizeram antes em nome de uma modernidade alternativa do que em defesa da tradição. Assim agindo, com frequência encontraram a oposição de, e opuseram-se a, quem buscava proteger, se não revitalizar, sistemas de produção, normas culturais e relações sociais tradicionais.

Movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação não têm particular predileção por ser cooptados pelo desenvolvimentismo socialista. O registro inconstante de sucesso da alternativa socialista (as primeiras conquistas cubanas nos campos da assistência à saúde, da educação e da agronomia primeiro inspiraram, mas depois levaram à acomodação), aliado ao clima de política repressiva largamente orquestrado pela política da Guerra Fria, tornou cada vez mais difícil para a esquerda tradicional reivindicar uma posição de liderança, em vez de dominação coerciva, com respeito a esses movimentos sociais.

Os movimentos insurgentes contra a acumulação por espoliação têm seguido em geral outro caminho, em alguns casos deveras hostil à política

socialista. Isso por vezes decorreu de razões ideológicas, mas em outras foi apenas por motivos pragmáticos e organizacionais, advindos da própria natureza daquilo que motivava e motiva essas lutas. Para começo de conversa, a variedade dessas lutas foi e é simplesmente estonteante, sendo difícil até mesmo imaginar vínculos entre elas. As lutas do povo Ogoni contra a degradação de suas terras pela Shell Oil Company; os prolongados combates contra os projetos de construção de represas patrocinados pelo Banco Mundial na Índia e na América Latina; movimentos camponeses contra a biopirataria; batalhas em oposição a alimentos geneticamente modificados e em favor da autenticidade dos sistemas locais de produção; lutas em favor da preservação do acesso de populações indígenas a reservas florestais, que envolvem coibir a ação das madeireiras; combates políticos à privatização; movimentos de defesa de direitos trabalhistas ou das mulheres em países em desenvolvimento; campanhas de proteção da biodiversidade e de prevenção da destruição do hábitat; movimentos camponeses em favor do acesso à terra; protestos contra a construção de vias expressas e aeroportos; centenas, literalmente, de protestos contra programas de austeridade impostos pelo FMI — tudo isso são componentes de uma volátil combinação de movimentos de protestos que têm varrido o mundo e se tornado cada vez mais tópico das manchetes durante a década de 1980 e a partir dela²³. Esses movimentos e revoltas foram muitas vezes esmagados com feroz violência, o mais das vezes da parte de poderes do Estado que agiam em nome da “ordem e da estabilidade”. Estados-clientes, com apoio militar ou em alguns casos de forças especiais treinadas pelos grandes aparatos militares (liderados pelos Estados Unidos, tendo a Inglaterra e a França como parceiros menos importantes), assumiram posição de proa num sistema de repressões e liquidações destinado a suprimir impiedosamente movimentos ativistas que ameaçassem a acumulação por espoliação.

Tem-se pois de adicionar a essa complicada situação a extraordinária proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, particularmente a partir de mais ou menos 1970. A maioria dessas organizações se dedica a questões políticas específicas (o meio ambiente, a condição da mulher, os direitos civis, os direitos trabalhistas, a eliminação da pobreza e assim por diante). Embora algumas delas advenham de tradições religiosas e humanistas do Ocidente, outras foram criadas em nome da luta contra a pobreza, mas foram fundadas por grupos que

23. B. GILLS (org.), *Globalization and the Politics of Resistance*, New York, Palgrave, 2001, é uma excelente coletânea que reflete parte dessa diversidade.

buscam ativamente promover a proliferação das práticas de troca de mercado. É difícil não sentir vertigem diante da abrangência e da diversidade das questões envolvidas ou da gama de objetivos. Uma ativista como Roy o exprime da seguinte maneira: “O que ocorre com nosso mundo é praticamente demasiado colossal para ser assimilado pelo entendimento humano. Trata-se contudo de algo muitíssimo terrível. Contemplar suas dimensões e seu alcance, tentar defini-los, tentar lutar contra todos os seus aspectos ao mesmo tempo é tarefa impossível. A única maneira de combatê-lo consiste em travar guerras específicas de maneiras específicas”²⁴.

Mas esses movimentos não apenas são incipientes como muitas vezes exibem contradições internas, como é o caso em que as populações indígenas reivindicam a devolução de direitos de propriedade a áreas que os ecologistas consideram crucial manter fechadas para proteger a biodiversidade e evitar a destruição do hábitat. E, em parte devido às condições peculiares que fazem surgir esses movimentos, sua orientação política e suas formas de organização também se afastam ponderavelmente das que se organizavam tipicamente em torno da reprodução expandida. A rebelião zapatista, por exemplo, não se interessava pela tomada do poder do Estado nem pela realização de uma revolução política. Seu alvo foi antes uma política mais inclusiva que envolvesse toda a sociedade civil numa busca mais aberta e fluida de alternativas capaz de atender às necessidades específicas dos diferentes grupos sociais, permitindo a melhoria da parte que lhes cabe. Organizacionalmente, apresentou tendência a evitar o vanguardismo e recusou-se a tomar a forma de partido político. Preferiu antes permanecer como movimento no âmbito do Estado, tentando formar um bloco político de poder no qual as culturas indígenas seriam centrais em vez de periféricas. Logo, o movimento zapatista buscou realizar algo semelhante a uma revolução passiva no âmbito da lógica territorial do poder governada pelo aparelho estatal mexicano²⁵.

O efeito de todos esses movimentos, *in toto*, foi afastar o terreno da organização política da organização partidária e operária tradicional e levá-lo para o que estava fadado a ser, no agregado, uma dinâmica política de ação social menos concentrada que atravessa todo o espectro da sociedade civil. O que perdeu em foco, o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção na política da vida cotidiana. Extraiu suas forças dessa inserção, mas ao fazê-lo encontrou grandes dificuldades para

distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual girou e gira a acumulação por espoliação.

O perigo é no entanto ver todas essas lutas contra a espoliação como “progressistas” por definição, ou, o que é pior, colocá-las sob algum estandarte homogeneizante como o é a “multidão”, de Hardt e Negri, que há de se levantar magicamente para herdar a terra²⁶. Creio ser esse o ponto em que reside a real dificuldade política. Porque, caso Marx esteja ao menos parcialmente certo ao afirmar que em certas circunstâncias pode haver algo progressista na acumulação primitiva, que é preciso quebrar alguns ovos para fazer a omelete, temos de enfrentar frontalmente difíceis escolhas. E essas escolhas são as que têm diante de si hoje o movimento antiglobalização ou de globalização alternativa, escolhas que ameaçam desfazer um movimento que se mostra tão promissor no tocante à luta anticapitalista e antiimperialista. Passo a desenvolver esse aspecto.

Os domínios duais da luta anticapitalista e antiimperialista

A concepção clássica da esquerda marxista/socialista era a de que o proletariado, definido como o conjunto de trabalhadores assalariados privados do acesso aos meios de produção ou de sua propriedade, era o agente privilegiado da mudança histórica. A contradição central separava capital e trabalho no e em torno do eixo da produção. Os instrumentos primordiais da organização da classe trabalhadora eram os sindicatos operários e os partidos políticos cujo fim era buscar a conquista do poder do Estado a fim de regular ou suplantiar o domínio de classe capitalista. O foco eram, por conseguinte, as relações de classe e as lutas de classes no campo da acumulação do capital, entendida como reprodução expandida. Consideravam-se subsidiárias, secundárias ou mesmo inúteis, por periféricas ou irrelevantes, todas as outras formas de luta. Havia naturalmente inúmeras nuances e variações desse tema, mas no cerne de tudo prevalecia a idéia do proletariado como o agente privilegiado da transformação histórica. As lutas travadas nos termos dessa prescrição geraram notáveis frutos durante boa parcela do século XX, particularmente nos países capitalistas avançados. Apesar de não ter havido transformações revolucionárias, o crescente poder das organizações e dos partidos políticos da classe trabalhadora obtiveram ponderáveis melhorias dos padrões materiais de vida associados com a institucionalização de uma ampla

24. ROY, *Power Politics*, 86.

25. NASH, *Mayan Visions*; A. MORTON, “Mexico, Neoliberal Restructuring and the EZLN: A Neo-Gramscian Analysis”, em GILLS (org.), *Globalization*, 255-279.

26. HARDT, NEGRI, *Empire*.

gama de proteções sociais. Os Estados democráticos do bem-estar social que surgiram, particularmente na Europa Ocidental e na Escandinávia, puderam ser considerados, apesar de seus problemas e dificuldades inerentes, modelos de desenvolvimento progressista. E eles não teriam vindo a existir sem a organização proletária razoavelmente restrita no âmbito da reprodução expandida tal como vivida na nação-Estado. Julgo importante reconhecer a relevância dessa conquista.

Embora produtiva, essa restrição implicava numerosas exclusões. Por exemplo, iniciativas de incorporação de movimentos sociais urbanos no programa político da esquerda malograram exceto, como é natural, nas partes do mundo em que prevalecia a política comunitária. A política derivada do local de trabalho e do eixo da produção dominava a política do espaço de vida. Movimentos sociais como o feminismo e o ambientalismo permaneciam fora do ângulo de visão da esquerda tradicional. E a relação entre as lutas internas em favor da melhoria social e os deslocamentos característicos do imperialismo tendia a ser ignorada (o que levou grande parte do movimento operário nos países capitalistas avançados a cair na armadilha de agir como a aristocracia do trabalho para preservar seus próprios privilégios, se necessário mediante o imperialismo). Lutas contra a acumulação por espoliação eram consideradas irrelevantes. Essa concentração obstinada de boa parcela da esquerda de inspiração marxista e comunista nas lutas proletárias, com a exclusão de tudo o mais, provou ser um erro fatal. Porque, se as duas formas de luta se acham organicamente ligadas no âmbito da geografia histórica do capitalismo, a esquerda não apenas se privava de poder como também prejudicava suas capacidades analíticas e programáticas ao ignorar por completo um dos lados dessa dualidade.

Na longa dinâmica da luta de classes depois da crise de 1973, os movimentos da classe trabalhadora em todo o mundo foram postos na defensiva. Embora houvesse uma considerável heterogeneidade no modo de desenvolvimento dessas lutas (a depender da força de resistência), o efeito consistia em geral em reduzir a capacidade desses movimentos no sentido de afetar a trajetória do desenvolvimento capitalista global. A rápida expansão da produção no Leste da Ásia e no Sudeste Asiático ocorreu num mundo em que, com a única exceção da Coreia do Sul, movimentos sindicais independentes (em oposição a corporativos) ou inexistiam ou eram vigorosamente reprimidos e em que movimentos políticos socialistas e comunistas eram violentamente suprimidos (o banho de sangue indonésio de 1965, quando Suharto derrubou Sukarno e talvez tenha havido a morte de um milhão de pessoas, foi o caso mais brutal). Noutras

partes do mundo, por toda a América Latina e tanto na Europa como na América do Norte, a ascensão do capital financeiro, do comércio mais livre e do disciplinamento do Estado por fluxos suprafronteiras em mercados de capital liberalizados tornaram as formas tradicionais de organização do trabalho menos apropriadas e, em conseqüência, menos bem-sucedidas. Movimentos revolucionários e mesmo reformistas (como no Chile de Allende) foram violentamente reprimidos pelo poder militar.

Porém, a intensa dificuldade de manter a reprodução expandida também gerava uma ênfase muito maior numa política de acumulação por espoliação. As formas de organização desenvolvidas para combater a reprodução expandida não se transpuseram bem quando se tratava de combater a acumulação por espoliação. Numa generalização esquemática, as formas de organização política esquerdista instauradas no período 1945-1973, quando a reprodução expandida estava na ascendente, eram impróprias ao mundo pós-1973, quando a acumulação por espoliação passou a ocupar o primeiro plano como a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital.

Disso resultou o surgimento de um novo tipo de política da resistência, equipada, em certos casos, com um tipo de visão alternativa distinta do socialismo ou do comunismo. Essa diferença foi identificada bem cedo por, para dar um exemplo, Samir Amin, especificamente com relação a lutas travadas naquilo que ele denominou zonas periféricas do capitalismo:

o desenvolvimento desigual imanente à expansão capitalista trouxe à pauta da história outro tipo de revolução, a dos povos (ou seja, não de classes específicas) da periferia. Essa revolução é anticapitalista no sentido de ser contrária ao desenvolvimento capitalista em sua atual forma, por ser esta intolerável para esses povos. Mas isso não quer dizer que essas revoluções anticapitalistas sejam socialistas... Por força das circunstâncias, essas lutas têm natureza complexa. A expressão de suas contradições, que são novas e específicas, expressão não imaginada pela perspectiva clássica da transição socialista concebida por Marx, confere aos regimes pós-capitalistas seu real conteúdo, que é o de uma construção nacional popular em que as três tendências, a do socialismo, a do comunismo e a do estatismo, se combinam e entram em conflito.

Infelizmente, como alega Amin em seguida, muitos movimentos contemporâneos

se alimentam de uma revolta popular espontânea contra as inaceitáveis condições criadas pelo capitalismo periférico; não obstante, eles até o

momento não foram capazes de exigir a dupla revolução mediante a qual a modernização e a libertação popular têm de vir juntas; por isso, sua dimensão fundamental, ao alimentar-se do mito do olhar retrospectivo, continua a exprimir-se numa linguagem em que a preocupação metafísica permanece exclusiva em toda a visão social²⁷.

Embora eu não julgue que a acumulação por espoliação esteja exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual.

Contudo, as batalhas em torno da espoliação são travadas numa variedade de escalas. Muitas são locais, outras regionais e outras ainda globais, de modo que o domínio do aparelho de Estado — o objetivo primordial dos movimentos socialistas e comunistas tradicionais — parece cada vez menos relevante. Quando essa transição se associa com um crescente sentimento de desilusão com aquilo que o desenvolvimentismo socialista logrou realizar, afiguram-se ainda mais fortes as condições de base para a busca de uma política alternativa. Os alvos e objetivos dessas lutas são também, como observa Amin, difusos, o que decorre principalmente das formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume. Destruição do hábitat aqui, privatização de serviços públicos ali, expulsões da terra acolá, biopirataria em outro domínio — cada qual cria sua dinâmica própria. Logo, a tendência é recorrer às formas organizacionais *ad hoc* porém mais flexíveis que se pode criar no âmbito da sociedade civil para atender às necessidades dessas lutas. Em conseqüência, todo o campo da luta anticapitalista, antiimperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente.

Para muitos comentadores, esses novos movimentos, com suas qualidades especiais, ganharam a designação “pós-modernos”. Assim tem sido caracterizada com frequência a rebelião zapatista. Apesar de as descrições desses movimentos terem sido sem dúvida adequadas, o epíteto “pós-moderno” é infeliz. Pode parecer tolice uma disputa em torno de um termo, mas as conotações substantivas são importantes. Há antes de tudo certa dificuldade advinda da periodização e do historicismo inerentes inevitavelmente associados ao prefixo “pós”. Tem havido, como já assinalai,

27. S. AMIN, “Social Movements as the Periphery”, in P. WIGNARAJA (org.), *New Social Movements in the South: Empowering the People*, London, Zed Books, 1993, 95. Trata-se de coletânea de que vários textos refletem argutamente sobre esses temas.

muitos episódios de acumulação primitiva e de acumulação por espoliação na geografia histórica do capitalismo. O estudo de Eric Wolf *Peasant Wars of the Twentieth Century* [Guerras camponesas do século XX] faz uma análise comparada de uma das dimensões dessa luta sem de modo algum recorrer à idéia de pós-modernidade. É pois um tanto surpreendente que June Nash, cujas descrições do estado de coisas mutante de Chiapas oferecem um exemplar documento comprobatório, concorde com a designação “pós-moderno” para aquilo que os zapatistas desejavam e desejam, quando sem dúvida faz mais sentido ver essa luta contra o pano de fundo de uma longa linhagem desse tipo de combate movido por populações indígenas e camponesas contra as investidas predatórias do imperialismo capitalista e a constante ameaça de expropriação de todos os ativos por elas controlados mediante o recurso a ações lideradas pelo Estado. No caso zapatista, é a meu ver particularmente importante que a luta tenha começado nas florestas das terras baixas, em que elementos indígenas deslocados firmaram uma aliança com *mestizos*, com base em seu empobrecimento paralelo e sua exclusão sistemática de todos os benefícios que obtinham da extração de recursos (primordialmente de petróleo e madeira) da região que habitavam. A subsequente apresentação desse movimento como restrito a “povos indígenas” pode ter mais relação com a reivindicação de legitimidade no tocante aos dispositivos da Constituição Mexicana que protege os direitos indígenas do que com uma real descrição de sua origem²⁸.

Mas, do mesmo modo como descartar o “vínculo orgânico” entre a acumulação por espoliação e a reprodução expandida enfraqueceu e limitou a visão da esquerda tradicional, assim também recorrer ao conceito de luta pós-moderna tem o mesmo impacto sobre os movimentos recém-surgidos de oposição à acumulação por espoliação. A hostilidade entre as duas linhas de pensamento e os dois estilos de organização já se mostra bem saliente no âmbito do movimento antiglobalização. Toda uma ala deste considera a luta pelo domínio do aparelho do Estado não só irrelevante mas um ilusório desvio de rota. A resposta está, dizem seus membros, na “localização” de tudo^{29,30}. Essa ala também tende a desde-

28. E. WOLF, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, New York, HarperCollins, 1969; NASH, *Mayan Visions*; Morton, “Mexico”.

29. Uma versão particularmente forte desse argumento é apresentada em C. HINES, *Localization: A Global Manifesto*, London, Earthscan, 2000. Ver também WIGNARAJA (org.), *New Social Movements*.

30. Localização aqui vai entre aspas por designar “tornar local”, “conferir caráter local”, em vez de “identificar a posição”. (N.T.)

nhar o movimento sindical como uma forma modernista, reacionária e opressiva fechada de organização que é preciso substituir pelas formas pós-modernas mais fluidas e abertas de movimento social. Os movimentos sindicais nascentes na Indonésia e na Tailândia, digamos, que estão lutando contra exatamente as mesmas forças neoliberais de opressão que os zapatistas combatem, ainda que em circunstâncias bem diferentes e a partir de uma base cultural e social bem distinta, vêm-se excluídos. Por outro lado, muitos socialistas tradicionais julgam os novos movimentos ingênuos e autodestrutivos, como se não houvesse nada de interessante a aprender com eles. Clivagens desse tipo são divisivas, como indicaram alguns dos debates travados nos últimos Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre. A chegada ao poder do Estado pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro, que obviamente tem bases “trabalhistas” e busca obter apoio em parte por meio de meios esquerdistas tradicionais, torna o debate mais estridente e mais premente.

Mas também não é possível ocultar as diferenças sob algum nebuloso conceito de “multidão” em movimento. Cumpre enfrentá-las tanto política como analiticamente. Neste último plano, a formulação de Luxemburgo tem extrema utilidade. A acumulação do capital tem de fato caráter dual. Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente. Segue-se pois que as lutas no plano da reprodução expandida (que recebeu tanta ênfase da esquerda tradicional) têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa. Se o atual período tem visto a mudança de ênfase passar da acumulação mediante a reprodução expandida para a acumulação por espoliação, e se esta última está no cerne das práticas imperialistas, conclui-se que o balanço de interesses no interior do movimento antiglobalização e pró-globalização alternativa tem de reconhecer na acumulação por espoliação a contradição primária a ser enfrentada. Não deve ele porém jamais fazê-lo ignorando a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida.

Isso, contudo, evoca novamente o problema que é o fato de nem todas as lutas contra a espoliação serem igualmente progressistas. Basta pensar no movimento das milícias norte-americanas, ou nos sentimentos antimigrantes em enclaves étnicos que combatem incursões “externas” naquilo que julgam ser direitos antigos e veneráveis à terra. Espreita o perigo de que uma política de nostalgia pelo que se perdeu sobrepuje a busca de melhores maneiras de atender às necessidades materiais de popu-

lações empobrecidas e reprimidas, de que a política excludente do local assuma a primazia sobre a necessidade de construção de uma globalização alternativa numa variedade de escalas geográficas, de que a reversão a antigos padrões de relações sociais e de sistemas de produção venha a ser proposta como solução num mundo que não parou no tempo. Não parece haver respostas fáceis para essas dúvidas.

Não obstante, é relativamente fácil buscar certo grau de reconciliação. Pensemos, por exemplo, nos argumentos de Roy contra os amplos investimentos na construção de represas no vale indiano de Narmada. Roy é favorável ao fornecimento de energia barata às populações rurais empobrecidas. Ela não é antimodernista. Seus argumentos contra as represas são: (a) a eletricidade é cara em comparação com outras formas de geração de energia, ao mesmo tempo em que parecem mínimos os benefícios agrícolas (raramente medidos) advindos da irrigação; (b) os custos ambientais parecem muito altos (mais uma vez, não há um esforço sério de avaliação, para não falar de mensuração, desses custos); (c) um vasto montante do dinheiro alocado para o projeto beneficia uma pequena elite de consultores, engenheiros, empresas de construção, produtores de turbinas etc. (muitos deles estrangeiros, incluindo a ignóbil Enron), e esse dinheiro poderia ser melhor gasto em outros lugares; (d) todo o risco recai sobre o Estado, visto que as empresas participantes contam com a garantia de uma taxa de retorno; e (e) as centenas de milhares de pessoas deslocadas de sua terra, de sua história e de seus meios de vida são principalmente membros de populações indígenas ou marginalizadas (*dalit*) que não recebem absolutamente nenhuma compensação ou benefício dos projetos. Elas nem sequer foram consultadas ou informadas, e acabaram ficando cercadas de água à altura da cintura em seus lugarejos quando o governo encheu de repente a represa na época da monção. Ainda que esta seja uma batalha específica num local particular e precise ser travada com recursos específicos, seu caráter geral de classe é bastante claro, tanto quanto o é o “bárbaro” processo de expropriação³¹. O fato de cerca de 30 milhões de pessoas terem sido deslocadas pelos projetos de represas apenas na Índia nos últimos cinquenta anos prova tanto o grau como a brutalidade do processo. Mas a reconciliação depende de modo crucial do reconhecimento do papel político fundamental da acumulação por espoliação como o fulcro daquilo em torno de que se constrói e se deve construir a luta de classes.

Minha concepção pessoal, valha o que valer, é que os movimentos políticos, para ter algum impacto macro e de longo prazo, têm de sair da

31. ROY, *Power Politics*.

nostalgia com relação ao que se perdeu e, do mesmo modo, preparar-se para reconhecer os ganhos positivos a ser obtidos da transferência de ativos que se pode conseguir por meio de formas limitadas de expropriação (como, por exemplo, a reforma agrária ou a implantação de novas estruturas decisórias como a administração conjunta de florestas). Outra tarefa desses movimentos é a busca da discriminação entre os aspectos progressistas e regressivos da acumulação por espoliação, empenhando-se em dirigir os primeiros rumo a uma meta política mais generalizada dotada de maior valência universal do que os muitos movimentos locais, que o mais das vezes se recusam a abandonar sua própria particularidade. Para tal, tem-se no entanto de encontrar maneiras de reconhecer a relevância das múltiplas identificações (baseadas na classe, no gênero, no local, na cultura etc.) existentes no seio das populações, os vestígios da história e da tradição que advêm das formas pelas quais essas identificações se constituíram em resposta a incursões capitalistas na medida em que as pessoas se vêem como seres sociais dotados de qualidades e aspirações distintivas e muitas vezes contraditórias. Se isso não acontecer, corre-se o risco de recriar as lacunas do relato que Marx fez da acumulação primitiva e deixar de perceber o potencial criativo que reside naquilo que alguns consideram desdenhosamente relações sociais e sistemas de produção “tradicionais” e não-capitalistas. Tem-se de encontrar uma maneira, tanto teórica como politicamente, de ir além do amorfo conceito de “multidão” sem cair na armadilha do “minha comunidade, meu local ou meu grupo social acima de tudo”. Tem-se principalmente de cultivar assiduamente a conectividade entre lutas no interior da reprodução expandida e contra a acumulação por espoliação. Felizmente, no tocante a isso, o cordão umbilical entre as duas formas de luta que está nos arranjos institucionais financeiros apoiados pelos poderes do Estado (intrinsecamente integrados no FMI e na OMC e por eles simbolizados) tem sido reconhecido com clareza. Esses arranjos se tornaram muito acertadamente o principal foco dos movimentos de protesto. Estando o núcleo do problema político reconhecido com tanta nitidez, deve ser possível iniciar um movimento centrífugo quanto às particularidades e centrípeto rumo a uma política mais ampla de destruição criativa mobilizada contra o regime dominante de imperialismo neoliberal imposto ao mundo pelas potências capitalistas hegemônicas.

O imperialismo como acumulação por espoliação

Quando Joseph Chamberlain fez a Inglaterra entrar na Guerra dos Bôeres por meio da anexação de Witwatersrand no começo do século XX,

estava claro que a motivação primordial eram as reservas de ouro e diamantes. Não obstante, como já vimos, a conversão de Chamberlain a uma lógica imperialista surgiu da incapacidade de descobrir soluções internas para o crônico problema da sobreacumulação do capital na Inglaterra. Essa incapacidade tinha tudo a ver com a estrutura de classes interna, que bloqueava toda aplicação em larga escala de capital excedente na reforma social e em investimentos de infra-estrutura no plano doméstico. O impulso do governo Bush no sentido de intervir militarmente no Oriente Médio também tem muito a ver com garantir um controle mais firme sobre as reservas de petróleo médio-orientais. A necessidade de exercer esse controle disparou consistentemente desde que o presidente Carter enunciou pela primeira vez que os Estados Unidos estavam prontos a empregar meios militares para garantir o fornecimento ininterrupto de petróleo do Oriente Médio à economia global. Assim como as recessões se correlacionam na economia global com disparadas dos preços do petróleo, a baixa geral dos preços do mineral pode ser considerada uma tática de enfrentamento dos crônicos problemas da sobreacumulação que têm surgido nas três últimas décadas. Tal como sucedeu com a Inglaterra ao final do século XIX, o bloqueio das reformas internas e dos investimentos infra-estruturais pela configuração dos interesses de classe nesses anos também teve um papel crucial na conversão da política norte-americana a uma adoção cada vez mais declarada do imperialismo. É portanto tentador ver a invasão norte-americana do Iraque como o equivalente ao envolvimento britânico na Guerra dos Bôeres, ambos os eventos ocorridos no começo do fim da hegemonia.

Contudo, as intervenções militares são a ponta do *iceberg* imperialista. O poder hegemônico do Estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor do poder hegemônico. É por meio desses recursos que, na prática, se extrai um tributo do resto do mundo. O livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças no mundo capitalista. O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções.

Nada disso teria entretanto assumido a importância que hoje tem caso não tivessem surgido problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida, a que se associou uma recusa política de tentar uma solução para esses problemas por meio da reforma interna. O aumento de importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, “o pecado original do simples roubo”, que possibilitara a acumulação original do capital, “tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”³². Se assim é, o “novo imperialismo” mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos. Resta examinar se essa é uma conceptualização adequada das coisas.

5

A coerção consentida

O imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder. Essas duas lógicas se distinguem por inteiro, não podendo de modo algum reduzir-se uma à outra, mas se acham estreitamente entrelaçadas. Podem ser concebidas como relações internas uma da outra. Mas os resultados podem variar substancialmente no espaço e no tempo. Cada lógica faz surgir contradições que têm de ser contidas pela outra. A acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar. Quando o controle político se altera no âmbito da lógica territorial, os fluxos de capital também têm de se alterar para adaptar-se a isso. Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. O imperialismo não pode assim ser entendido sem que primeiro lutemos com a teoria do Estado capitalista em toda a sua diversidade. Estados diferentes produzem imperialismos diferentes, como foi tão óbvio no caso dos imperialismos britânico, francês, holandês, belga etc. entre 1870 e 1945. Os imperialismos, tal como os impérios, apresentam diferentes contornos e formas. Embora possa haver muito de contingente e acidental — e na verdade não poderia ser de outra forma, dadas as lutas políticas contidas na lógica territorial

32. ARENDT, *Imperialism*, 28.